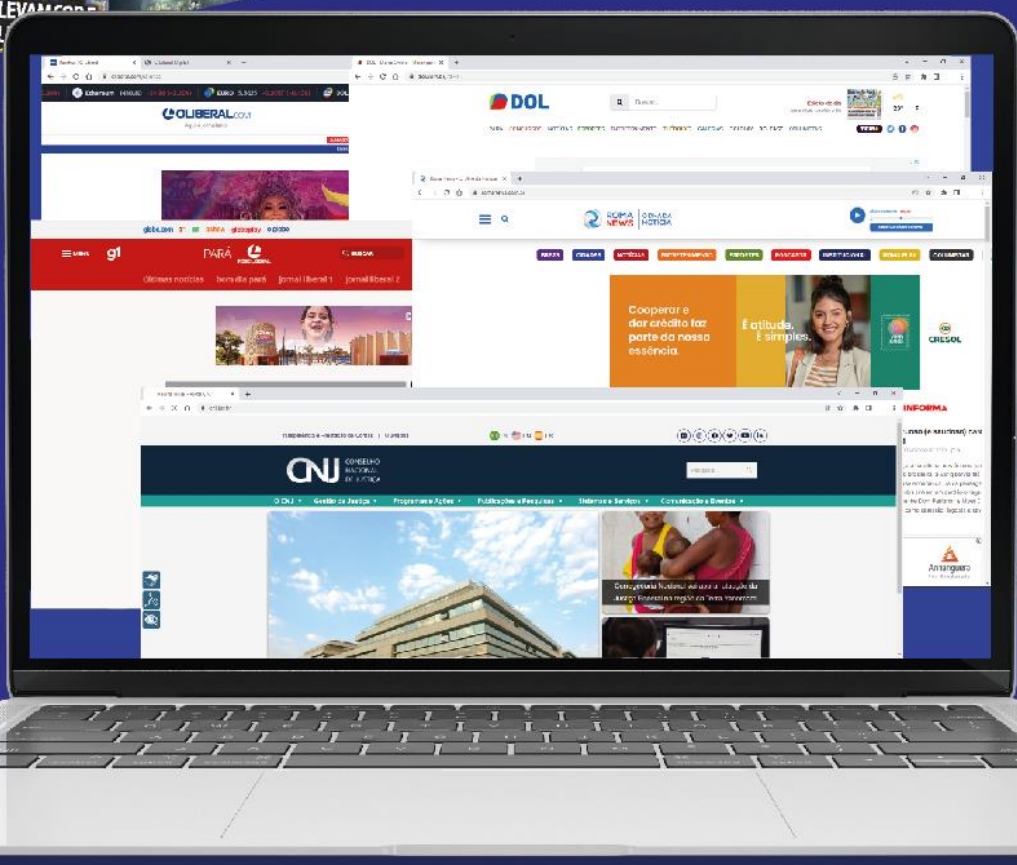




CLIPPING

terça-feira
07
de Março
de 2023



CUSTÓDIA

DPU pede retomada de audiências presenciaisSAUL ANJOS
DA REDAÇÃO

Conforme matéria publicada ontem, no site oficial da instituição, a Defensoria Pública da União (DPU) pediu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que as audiências de custódia voltem a ser feitas, obrigatoriamente, de forma presencial. Durante a pandemia, foram adotadas medidas de distanciamento social, e, por conta disso, o Conselho havia permitido que elas pudessem ser realizadas por videoconferência, caso não fosse possível promovê-las presencialmente em até 24 horas depois da prisão. O direito já existe há oito anos no Brasil e, de acordo com dados do Executivo Federal, desde que foi implantado houve redução do percentual de prisões provisórias no país – de 40,13% do total em 2014 para 26,48% em 2022.

A reportagem de O LIBERAL procurou o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para comentar o assunto. Por nota, o TJPA informou que “as audiências de custódia, por orientação do Conselho Nacional de Justiça, estão sendo realizadas presencialmente. Apenas de modo excepcional, conforme determina, são realizadas de forma virtual”. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) também foi procurada, mas ainda não deu retorno.

Na solicitação encaminhada ao CNJ, a DPU apontou que as circunstâncias pandêmicas vivenciadas pelo Judiciário foram superadas e que, por isso, não há motivos para as audiências serem mantidas no meio virtual. A Defensoria enfatiza que as audiências de custódia são indispensáveis à

integridade e à proteção dos direitos humanos das pessoas presas.

Ainda segundo o documento, a DPU diz que, quando feitas presencialmente, as audiências são mais eficazes, por ser mais fácil para os magistrados, advogados e defensores perceberem eventuais indícios de tortura ou de maus-tratos que possam ter ocorrido na hora da prisão.

A Defensoria também destaca outro problema da realização de audiências de custódia por videoconferência: alguns lugares não disponibilizam espaços seguros, de confiança, onde a pessoa possa relatar ao magistrado como foi sua prisão, livre de intimidações. “Às vezes há grave limitação do campo de visão do magistrado, que apenas enxerga o rosto e o dorso do apresentado”, destaca a DPU, na petição.

A instituição também expressa preocupação com a pessoa presa, que muitas vezes tem dificuldade de compreender o que está acontecendo.

Na prática, a audiência de custódia permite maior atenção do Judiciário à porta de entrada do sistema penal. Ele determina que todo preso capturado em flagrante deve ser levado à presença de uma autoridade judicial em até 24 horas.

Nesse encontro, o juiz irá avaliar a legalidade, a necessidade e a adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares.

A ideia central é avaliar se o preso precisa, necessariamente, ser mantido em cárcere ou pode responder pelo processo em liberdade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Pará tem 55 mil processos em andamento, informa TJPA

MUTIRÃO - Judiciário realiza semana em prol do Dia Internacional da Mulher, com ações que visam, entre outras coisas, agilizar os processos relacionados à violência de gênero



A Semana da Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo CNJ, vai até sexta-feira

CAMILA GUIMARÃES
DA REDAÇÃO

Nesta semana em que é celebrado o Dia Internacional da Mulher, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) lança a 23ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa – evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais dos estados, que começou ontem, com o objetivo de ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha e agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. No Pará, existem, atualmente, 55 mil processos em aberto que ainda devem passar por julgamento. Entre os principais crimes envolvidos estão a violência física, ameaças e violência psicológica.

Em 2023, de janeiro a fevereiro foram computados sete casos de feminicídio no Pará, segundo informou a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup). O total de ocorrências é três a menos, quando comparado com o mesmo período do ano passado, e dez a menos que nos dois primeiros meses dos anos de 2020 e 2021. No ano de 2022, de janeiro a dezembro, foram registrados 49 casos de feminicídio em todo o estado, apontando uma queda de 29% e 28% em relação ao mesmo período dos anos de 2021 e 2020, quando foram computados 69 e 68 registros, respectivamente.

A pasta esclarece que o incentivo às denúncias e a presença de delegacias especializadas para o atendimento à mulher e às vítimas de violência, além da ampliação da delegacia virtual facilitaram o acesso para o registro das ocorrências. A Segup reforça que o Estado dispõe de medidas contra esta prática, como a operação "Maria da Penha", aplicativo SOS Maria da Penha, Patrulha Maria da Penha



A desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães faz o gesto que pode salvar vidas



"A mulher pode procurar qualquer delegacia. Ela deve ser acolhida e o caso será encaminhado"

e o Programa Pró-Mulher Pará, além das campanhas de incentivo à denúncias para os canais da Segurança Pública, bem como, o Disque-Denúncia por meio do atendimento convencional pelo número, 181, ou ainda via Whatsapp por meio do canal da Iara (Inteligência Artificial Rápida e Anônima).

MUTIRÃO

A Semana da Justiça pela Paz em Casa, no Pará, é coordenada pela desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do TJPA. Entre a programação da semana, que se inicia hoje e vai até o dia 10 de março, ela destaca o mutirão para agilizar o julgamento dos casos de feminicídio e dar andamento aos processos relacionados à violência contra a mulher em todo o estado.

"O mutirão de julgamentos foi uma determinação do Conselho Nacional de Justiça que, durante esse período do Justiça pela Paz em Casa, todos os tribunais unissem esforços para o julgamento desses processos que incluem a violência gênero. É um esforço concentrado de todos os tribunais, não porque houvesse algum tipo de atraso nos processos, mas é uma forma de agir proativamente em alusão à semana da mulher. Foi uma proposição do CNJ e os tribunais adotaram", explica.

De acordo com a desembargadora, os principais casos de violência em processo incluem agressão física, ameaças e violência psicológica contra a mulher. Apesar do número alto, ela garante que os processos transcorrem com bom fluxo pelo judiciário paraense e que, além disso, o Pará já lidera a lista dos estados brasileiros que mais emitiu medidas protetivas em favor de mulheres vítimas de violência. Somente em 2022, foram mais de 15.500 medidas deferidas. Legalmente, o prazo para a decisão judicial é de 48 horas após a vítima dar entrada na solicitação, mas a desembargadora garante que, na maior parte dos casos, a resolução é expedida em menos de 24 horas.

"No dia a dia a gente incentiva que mulheres que sofrem qualquer tipo de violência procurem a delegacia mais próxima. Em Belém, há a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, a Deam, mas nos municípios que não tem, ou mesmo aqui, em bairros mais distantes da Deam, a mulher pode procurar qualquer delegacia que ela deve ser acolhida e o caso será encaminhado e todas as providências serão tomadas", aconselha.

"Sinal Vermelho" ajuda a combater atos de violência

A desembargadora também enfatiza a importância do amplo conhecimento da Lei do "Sinal Vermelho" de enfrentamento à violência doméstica. Sancionada em julho de 2021, a Lei 741/2021 determina que a letra "X" escrita na mão da mulher, de preferência na cor vermelha, funciona como um sinal de denúncia de forma silenciosa e discreta. Inicialmente pensada como uma campanha para viabilizar a denúncia de mulheres em situação de violência durante a pandemia de covid-19, sobretudo por causa das circunstâncias de isolamento social da época, a medida se tornou lei e é válida até hoje. "Hoje a mulher pode chegar em qualquer lugar e fazer esse sinal, até mesmo numa folha de papel, e as pessoas estão sendo treinadas e incentivadas a reconhecer que isso é um pedido de ajuda. Essa pessoa tem que acionar a polícia, pelo 190, e informar que há uma mulher pedindo socorro. Basta informar o nome e o telefone da vítima. A gente tem um termo de cooperação com a Polícia Militar que faz com que todos os policiais saibam disso e estejam prontos a atender a ocorrência".

Rodas de conversa buscam conscientização

O programa Justiça pela Paz em Casa começou ontem, com a roda de conversa "Violência Doméstica e Seu Impacto no Mercado de Trabalho: Por que as Instituições Devem se Preocupar Com Isso?", que ocorreu no Fórum Criminal de Belém. Hoje, a partir das 8h, ocorrerá o projeto "Judiciário na Escola: Circulando o Diálogo, com alunas (as) e professoras (es) da Escola Paes de Carvalho, em Belém". A palestra visa conscientizar o público-alvo em relação às questões de gênero. América, Dia Internacional da Mulher, ocorrerá às 8h30 a Roda de Conversa "Autocuidado Feminino", no Fórum Criminal de Belém, tendo como público-alvo servidoras, magistradas e terceirizadas do Judiciário paraense. No mesmo dia, às 9h, ocorrerá o projeto Circulando o diálogo sobre gênero, tendo como público a comunidade do bairro do Jurunas. A ação ocorrerá na Usina da Paz Jurunas/Condor (UsiPaz Jurunas/Condor) e terá como facilitadores a equipe da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do TJPA.

No mesmo dia, às 16h, no Teatro Margarida Schivasappa, no Centur, ocorrerá a atividade interinstitucional "O Empoderamento Feminino como Forma de Cidadania e Prevenção à Violência de Gênero: promovendo a Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres". O evento é voltado para a rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, além do público em geral. A programação prossegue no dia 10 de março, com outras duas ações. Serão os Circulos de Diálogo com Mulheres em Situação de Violência Doméstica, que ocorrerão simultaneamente no Espaço de Acolhimento do Parapaz Mulher e na Casa da Justiça e Cidadania, das 9h às 12h. As atividades em prol da mulher encerram no dia 11 de março, das 8h às 15h, com uma Ação de Cidadania na Praça Brasil, em Belém. Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**MAURO BONNA**Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna

@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br

Letras

Milton Nobre, que depois da aposentadoria do TJPA retomou o comando de seu concorrido Escritório de Advocacia, lança, final do mês, seu segundo livro de ficção: “Nunca é cedo para o amanhã”. O primeiro, “O Declamador”, foi um grande sucesso de público e crítica. Seu nome vem sendo cogitado para a Academia Paraense de Letras.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Pará tem 55 mil processos de violência doméstica em andamento, informa TJPA;
vídeo

Judiciário realiza semana em prol do Dia Internacional da Mulher, com ações que visam, entre outras coisas, agilizar os processos relacionados à violência de gênero

Camila Guimarães

06.03.23 12h49 - Atualizado em 06.03.23 17h20



23ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, iniciada hoje, busca agilizar processos envolvendo violência contra a mulher. (Ivan Duarte / O Liberal)

Na semana em que é celebrado o **Dia Internacional da Mulher**, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) lança a **23ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa** - evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

com os tribunais dos estados, que começou nesta segunda-feira, 6, com o **objetivo de ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha e agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero**. No Pará, existem, atualmente, **55 mil processos em aberto** que ainda devem passar por julgamento. Entre os principais crimes envolvidos estão a **violência física, ameaças e violência psicológica**.

Em 2023, de janeiro a fevereiro foram computados 7 casos de feminicídio no Pará, segundo informou a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup). O total de ocorrências é três a menos, quando comparado com o mesmo período do ano passado, e dez a menos que nos dois primeiros meses dos anos de 2020 e 2021. No ano de 2022, de janeiro a dezembro, foram registrados 49 casos de feminicídio em todo o estado, apontando uma queda de 29% e 28% em relação ao mesmo período dos anos de 2021 e 2020, quando foram computados 69 e 68 registros, respectivamente.

A pasta esclarece que o incentivo às denúncias e a presença de delegacias especializadas para o atendimento à mulher e às vítimas de violência, além da ampliação da delegacia virtual facilitaram o acesso para o registro das ocorrências. A Segup reforça que o Estado dispõe de medidas contra esta prática, como a operação “Maria da Penha”, aplicativo SOS Maria da Penha, Patrulha Maria da Penha e o Programa Pró-Mulher Pará, além das campanhas de incentivo à denúncias para os canais da Segurança Pública, bem como, o Disque-Denúncia por meio do atendimento convencional pelo número, 181, ou ainda via Whatsapp por meio do canal da IARA (Inteligência Artificial Rápida e Anônima).

23ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa

A Semana da Justiça pela Paz em Casa, no Pará, é coordenada pela desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TJPA. Entre a programação da semana, que se inicia hoje e vai até o dia 10 de março, ela destaca o **multirão para agilizar o julgamento dos casos de feminicídio** e dar andamento aos **processos relacionados à violência contra a mulher** em todo o estado.

De acordo com a desembargadora, os **principais casos de violência em processo incluem agressão física, ameaças e violência psicológica contra a mulher**. Apesar do número alto, ela garante que os processos transcorrem com bom fluxo pelo judiciário paraense e que, além disso, o **Pará já lidera a lista dos estados brasileiros que mais emitiu medidas protetivas** em favor de mulheres vítimas de violência. Somente em **2022**, foram **mais de 15.500 medida deferidas**. Legalmente, o prazo para a decisão judicial é de 48h após a vítima dar entrada na solicitação, mas a desembargadora garante que, na maior parte dos casos, a resolução é expedida em pelo menos 24h.

"No dia a dia a gente incentiva que mulheres que sofrem qualquer tipo de violência **procurem a delegacia mais próxima**. Em Belém, há a **Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher**, a Deam, mas nos municípios que não tem, ou mesmo aqui, em bairros mais distantes da Deam, **a mulher pode procurar qualquer delegacia** que ela deve ser acolhida e o caso será encaminhado e todas as providências serão tomadas", aconselha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



A desembargadora Nazaré Saavedra destaca a importância da Lei 'Sinal Vermelho'. (Ivan Duarte / O Liberal)

Lei do 'Sinal Vermelho' é aliada no combate à violência

A desembargadora também enfatiza a importância do amplo conhecimento da **Lei do 'Sinal Vermelho'** de enfrentamento à violência doméstica. Sancionada em julho de 2021, a Lei 741/2021 determina que a **letra 'X' escrita na mão da mulher, de preferência na cor vermelha**, funciona como um **sinal de denúncia de forma silenciosa e discreta**. Inicialmente pensada como uma campanha para viabilizar a denúncia de mulheres em situação de violência durante a pandemia de covid-19, sobretudo por causa das circunstâncias de isolamento social da época, a medida se tornou lei e é válida até hoje.

Programação da Justiça pela Paz em Casa

O programa Justiça pela Paz em Casa começou nesta segunda-feira, com a roda de conversa “Violência Doméstica e Seu Impacto no Mercado de Trabalho: Por que as Instituições Devem se Preocupar Com Isso?”, que ocorreu no Fórum Criminal de Belém. **Na terça-feira, 7, a partir das 8h**, ocorrerá o projeto **"Judiciário na Escola: Circulando o Diálogo, com alunas (os) e**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

professoras (es) da Escola Paes de Carvalho, em Belém". A palestra visa conscientizar o público-alvo em relação às questões de gênero.

No **dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher**, ocorrerá às 8h30 a Roda de Conversa "**Autocuidado Feminino**", no Fórum Criminal de Belém, tendo como público-alvo servidoras, magistradas e terceirizadas do Judiciário paraense. No mesmo dia, **às 9h, ocorrerá o projeto Circulando o diálogo sobre gênero**, tendo como público a comunidade do bairro do Jurunas. A ação ocorrerá na Usina da Paz Jurunas/Condor (UsiPaz Jurunas/Condor) e terá como facilitadores a equipe da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do TJPA.

No mesmo dia, **às 16h, no Teatro Margarida Schivasappa**, no Centur, ocorrerá a atividade interinstitucional "O Empoderamento Feminino como Forma de Cidadania e Prevenção à Violência de Gênero: promovendo a Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres". O evento é voltado para a rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, além do público em geral.

A programação prossegue no dia 10 de março, com outras duas ações. Serão os Círculos de Diálogo com Mulheres em Situação de Violência Doméstica, que ocorrerão simultaneamente no Espaço de Acolhimento do Parapaz Mulher e na Casa da Justiça e Cidadania, das 9h às 12h. As atividades em prol da mulher encerram no dia 11 de março, das 8h às 13h, com uma Ação de Cidadania na Praça Brasil, em Belém.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Acusado de tentar matar PM com tiro no rosto é absolvido em Belém

As dúvidas da autoria do crime fizeram com que o réu fosse inocentado

O Liberal

06.03.23 17h32 - Atualizado em 06.03.23 20h40



O réu negou o crime e disse que foi acusado pelo ataque contra o policial por ter sido condenado por tráfico de drogas (Divulgação / TJPA)

O réu Roberto Barbosa da Silva foi absolvido pela 4ª Vara do Tribunal do Júri nesta segunda-feira (6) da acusação de envolvimento na tentativa de homicídio contra o policial militar Gleyson Rodrigues Pinho. O crime ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2017, durante uma festa carnavalesca no conjunto Maguari, em Icoaraci. Gleyson foi baleado no rosto, perdeu alguns dentes e ficou com

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dificuldade de movimentar a mandíbula. Para o júri, as dúvidas de quem estava por trás do ataque contra o agente de segurança fizeram com que o réu fosse inocentado.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Maurilio da Silva Barbosa, outro acusado envolvido na tentativa de homicídio, teve a participação desmembrada do primeiro acusado, por não ter sido localizado para responder à acusação.

Roberto nega a autoria do crime e afirmou ter sido acusado por conta do seu passado, quando foi condenado a mais de 20 anos por tráfico de drogas. Maurilio também nega participação no atentado contra Gleyson.

O defensor público Alex Mota Noronha sustentou haver dúvida da autoria do crime. A vítima, o policial Gleyson, teria dito inicialmente que quem lhe atingiu com um tiro no rosto foi Maurilio. Entretanto, o militar teria se contrariado no julgamento após alegar que foi Roberto que apertou o gatilho da arma e o baleou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Acusada de tentar matar atual do ex-companheiro é absolvida pela Justiça em Belém

O julgamento ocorreu nesta segunda-feira (6) na 1ª Vara de Justiça

O Liberal

06.03.23 15h37 - Atualizado em 06.03.23 17h40



A outra envolvida no crime não foi localizada e, por conta disso, não compareceu no julgamento (Divulgação / TJPA)

Flávia Thiane Quadros foi absolvida por clemência pelo **júri popular** – quando os jurados inocentam com a livre convicção - nesta segunda-feira (6) em **Belém**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O **crime** pelo qual ela respondia era uma **tentativa de homicídio**, ocorrida no dia 26 de maio de 2016. O julgamento aconteceu na 1ª Vara de Justiça.

Segundo o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a vítima, Regiane da Silva Rodrigues, foi esfaqueada pela ré e a própria irmã Aline quadros. O motivo do esfaqueamento, conforme o TJPA, seria que Regiane estaria se relacionando com o ex-companheiro da ré.

A outra envolvida no crime, Aline, não foi localizada e, por conta disso, não compareceu ao julgamento. Ela segue foragida.

Durante o julgamento, Flávia chorou bastante e afirmou que atacou Regiane. Porém, segundo ela, a intenção não era matar a vítima, mas apenas machucá-la.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



EXCLUSIVO

Luma Bony: suposto laudo vazado traz reviravolta para o caso

Resultado da perícia no corpo da jovem indica que a mesma fez uso de entorpecente antes de morrer. Pai de "Hétero Top", apontado pela família de Luma como responsável pela morte, se pronuncia pela primeira vez sobre o caso.

segunda-feira, 06/03/2023, 18:50 - Atualizado 06/03/2023, 18:50 - Autor: DOL com informações de Wellington Junior/RBATV



Investigação sobre a morte de Luma Bony pode sofrer reviravolta; família de Maurício Filho, o "Hétero Top", defende o acusado | Reprodução

Prestes a completar três meses, a morte de Luma Bony ainda segue sob investigação. O caso, que teve amplitude nacional, ganhou novos desdobramentos a partir de um suposto laudo vazado e obtido com exclusividade pelo jornalismo do Grupo RBA de Comunicação.

O documento ao qual a RBATV teve acesso indica que Luma Bony de Almeida Sousa, de 23 anos, fez uso de LSD, uma droga que provoca alucinações, e medicamentos para insônia antes de morrer. Além disso, os peritos criminais encontraram material biológico embaixo das unhas da jovem e os exames sexológicos não atestaram presença de semên no corpo dela.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A equipe de reportagem da emissora também conversou com o pai e o advogado de Maurício Filho, mais conhecido como "Hétero Top". Ele, de acordo com a família de Luma Bony, seria o responsável pela morte da jovem, após publicar um vídeo íntimo dela sem consentimento nas redes sociais, o que teria motivado a influenciadora a tirar a própria vida.

Segundo o advogado, se comprovada a veracidade das informações do suposto laudo vazado, as investigações podem tomar novos rumos, levando à possibilidade de que tenha ocorrido uma briga no apartamento onde Luma estava no momento em que ela morreu, ao cair do sétimo andar de um prédio em Belém, no dia 9 de dezembro de 2022.

O pedido de comparação da veracidade do laudo já foi solicitado pela defesa do acusado. O documento indica que todo o material coletado na perícia segue armazenado para colaborar com as investigações, pois o corpo de Luma Bony foi cremado, o que impede a realização de uma exumação para novos levantamentos.

A Polícia Científica do Pará esclareceu, em nota, que o documento vazado possui informações sigilosas, por esta razão, o mesmo foi encaminhado para a Polícia Civil, que investiga o caso, o qual deveria correr sob sigilo.

"HÉTERO TOP"

Maurício Filho foi preso dias depois da morte de Luma Bony. Até então, contra ele, já pesavam outras denúncias de violência contra mulheres, inclusive de uma ex-namorada. Até a própria madrasta de Maurício possuiria uma medida protetiva contra o jovem. O pai do "Hétero Top", Maurício Rocha, nega as acusações, assim como o advogado Jaime Rocha Júnior.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ele segue detido há quase três meses no sistema prisional paraense. Segundo o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), a última denúncia contra o jovem foi acatada pela Justiça em 18 de janeiro, fazendo com que ele permanecesse preso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Acusada de esfaquear namorada do ex-companheiro é absolvida pela Justiça em Belém

POR ROMA NEWS | 06 DE MAR DE 2023, 16:22

COMPARTILHAR:    

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) julgou, nesta segunda-feira, 6, a ré Flávia Thiane Quadros, que respondia por tentativa de homicídio contra a namorada do ex-companheiro, Regiane da Silva Rodrigues. O crime ocorreu no dia 26 de maio de 2016.

Thiane foi absolvida por clemência pelo júri popular, quando os jurados inocentam com livre convicção. O julgamento aconteceu na 1ª Vara de Justiça. Segundo o Tribunal de Justiça a vítima foi esfaqueada pela ré e a própria irmã Aline quadros.

Ao ser interrogado pela juíza, o réu preferiu usar o direito de ficar em silêncio e respondeu apenas aos advogados. A outra envolvida no crime não foi localizada e não compareceu ao julgamento. Ela segue foragida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br